

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA O EMPREENDEDORISMO: uma alternativa ao desemprego?

Geórgia Patrícia Guimarães dos Santos¹

RESUMO

Análise do desenvolvimento do Plano Estadual de Qualificação (PEQ) no Ceará, com base nos depoimentos de alguns dos atores envolvidos (instituições formadoras e Secretaria Estadual do Trabalho) na sua execução. Apreende o processo de execução deste Plano a partir de seu principal objetivo: focalização dos cursos de qualificação profissional na demanda do mercado de trabalho cearense. Toma-se por base para o alcance desse objetivo a articulação entre a literatura que trata das relações entre trabalho e educação, no âmbito das transformações recentes no capitalismo internacional e na organização do trabalho, as reflexões que abordam as políticas de formação da torça de trabalho, com foco no PEQ, e os elementos coligidos nas entrevistas realizadas junto aos órgãos gestores do PEQ-Ce e às entidades executoras que participaram do programa, bem como aqueles apreendidos por meio da leitura e análise de dados oficiais.

Palavras-chave: Políticas públicas. Trabalho, qualificação profissional. Estado.

1 INTRODUÇÃO

As profundas mudanças no mundo do trabalho têm colocado constantes desafios para o governo brasileiro, à medida que se observa a ampliação dos segmentos da “classe – que –vive - do trabalho” (ANTUNES, 2000), a redução do emprego formal, o crescimento nas taxas de desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho (POCHMANN, 2001). Cresce, portanto, o trabalho desregulamentado, subcontratado e terceirizado.

O alto grau de informal idade percorre o mercado de trabalho brasileiro durante toda a década de 1990 e adentra o novo século. O Ipea (CARVALHO,

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: santosg@usp.br.

2005) constatou que a participação dos empregados sem carteira assinada e dos trabalhadores por conta própria no total da ocupação (71.647.703 pessoas) passou de 44,7% em 1995, para 47,2%, em 2002, diminuindo para 45,5%, em 2003.

Além disso, a quebra do monopólio das estatais (privatizações), a dita superioridade da eficiência do mercado em relação ao burocratismo do aparelho de Estado, a desuniversalização da proteção social e a reorganização da produção trouxeram em seu bojo o agravamento das desigualdades sociais e da exclusão, expressos fundamentalmente no aumento do desemprego.

Há algumas décadas, o desemprego, mesmo em países de capitalismo avançado, estava reservado a áreas de pobreza e de subdesenvolvimento, levando as pessoas por ele afetadas para o completo esquecimento e descaso, na medida em que não havia preocupações com as repercussões socioeconômicas desse fenômeno. No entanto, como resultado das transformações capitalistas, o problema do desemprego, conforme Mézaros (2002, p. 1005), é visto na seguinte situação:

Não mais se restringe à difícil situação dos trabalhadores não-qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores altamente qualificados', que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos - e cada vez mais raros - empregos disponíveis.

Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) indicam que o desemprego, em 2003, atingiu 185,9 milhões de pessoas no mundo, representando 62% da força de trabalho global, o mais alto índice desde 1990. (CARVALHO, 2005). Pelo IBGE (BOCCANERA, 2004) no Brasil, o desemprego fica em 10% acima da média mundial e latino-americana (8%). A partir dos anos de 1990, diversas estatísticas mostram os desníveis entre a procura de trabalho e a oferta de ocupação no Brasil. De 1995 a 2003, a proporção de pessoas de 16 a 59 anos que participavam do mercado de trabalho, ocupadas ou à procura de ocupação, variou pouco, passou de 73,2% para 74,9% (CARVALHO, 2005).

O problema do desemprego passa a ocupar, portanto, o centro do debate nacional, juntamente com o reforço nos discursos governamentais de que a educação seria uma condição fundamental para a participação do país no mundo globalizado (BRASIL. Ministério do Trabalho. 1995a; 1995b; 1996). Nessa perspectiva, o Brasil, de acordo com o Censo do IBGE (IBGE. Censo de 2000),

começa o ano de 2000 com uma elevada taxa de analfabetismo, que atingiria 29% da população, se considerado o analfabetismo funcional.

Assim, em conformidade com os documentos divulgados pelo Ministério do Trabalho, em meados dos anos de 1990, o analfabetismo e a baixa escolaridade seriam os principais obstáculos da população na tentativa de sua (re) inserção no mercado de trabalho brasileiro (BRASIL. Ministério do Trabalho, 1 995a; 1996).

Por isso, já no primeiro mandato (1 995-1 998) do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), o Ministério do Trabalho visou consolidar uma política pública de fomento ao trabalho e à educação profissional capaz de mobilizar tanto o governo como a sociedade civil, por meio de parcerias entre os setores estatal e privado, a fim de descentralizar a execução dessa política. Concretamente, isso levou o governo FHC a implementar, sob a coordenação do Ministério do Trabalho, o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR).

O Planfor esboçou-se como um dos projetos de uma política pública de trabalho e de educação profissional voltada para o desenvolvimento sustentado com uma estrutura bastante flexível para atender a diferentes situações, considerando as rápidas mudanças tecnológicas e as tendências econômicas regionais e do mercado internacional.

No âmbito desse Plano, a (re) qualificação profissional, portanto, se constituiu em programas de ensino não - formal, com curta duração, destinados a preparar, atualizar, especializar ou aperfeiçoar os trabalhadores para o ingresso ou para a mudança de ocupação no mercado de trabalho, objetivando superar deficiências da escolarização relativas à aquisição de habilidades básicas, desenvolver habilidades específicas adequadas às oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho e desenvolver habilidades de gestão.

Essa política preservou diversas de suas características com a eleição do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), embora tenha mudado sua denominação para Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

Um dos aspectos ainda presentes é a manifestação desse Plano de forma crescente e predominante em vários espaços alternativos ao tradicionalmente escolar, mediante os Planos Estaduais de Qualificação (PEQ's), agora conhecidos como Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQ's). Pode-se mencionar também a permanência da participação de diferentes atores governamentais e da sociedade civil na definição e execução das ações de qualificação, bem como a continuação do

objetivo principal desse Plano que é a oferta de cursos de qualificação profissional com foco tanto na demanda do mercado de trabalho local como no atendimento à população que, em função de suas características sócioeducacionais, encontra-se em desvantagem quanto a sua (re)inserção no mercado de trabalho e a seu acesso às formas convencionais de educação profissional.

Com os limites de uma visão direcionada para uma experiência regional, este artigo discute o processo de identificação dos cursos de qualificação mais pertinentes ao mercado de trabalho local, a partir da análise do desenvolvimento do Plano Estadual de Qualificação (PEQ) no estado do Ceará, com base nos depoimentos de alguns dos atores envolvidos (instituições formadoras e Secretaria Estadual do Trabalho) na execução desse Plano.

Foram realizadas dezessete (17) entrevistas: duas na Secretaria Estadual do Trabalho; uma junto à coordenadoria do PEQ - Ce e uma em cada entidade executora do referido Plano. Os entrevistados foram técnicos que contribuíram na elaboração, acompanhamento e execução dos cursos oferecidos. Em alguns casos, também exerceram a função de ministrantes desses cursos e participaram de reuniões na Secretaria Estadual do Trabalho.

Alguns dos depoimentos coletados serão aqui transcritos para melhor evidenciar as análises realizadas, razão pela qual é conveniente esclarecer que as declarações não foram modificadas na sua essência. Nos casos de supressão de falas secundárias ou redundantes foram utilizados parênteses com colchetes “[...]”, e quando foi preciso a inclusão de expressões para conferir melhor sentido aos trechos dos depoimentos foram utilizados colchetes “[...]”. Optou-se por tratar os entrevistados anonimamente tanto pelo fato de ter havido alguns pedidos nesse sentido como por se considerar que a explicitação nominal é dispensável. Assim eles serão referenciados neste trabalho como *Técnico da Entidade Executora do PEQ - Ce 1, 2,... 14; Técnico da Secretaria Estadual do Trabalho, Entrevista A ou B e Ex - coordenador geral do PEQ-Ce*. Os números de 01 a 14 e as letras “A” e “B” correspondem à seqüência em que as entrevistas foram realizadas.

Cabe, por fim, ressaltar que estudar, ainda, este tema torna-se relevante uma vez o PNQ continua sendo desenvolvido, aparentemente com novos contornos. Dessa forma, a retomada de algumas ações e decisões exercidas, em diferentes contextos, pode contribuir para o avanço de algumas orientações na atual política e também se transformar em um exercício da crítica.

2 UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE A DEFINIÇÃO DOS CURSOS DO PEQ-CE SEGUNDO AS DEMANDAS DO MERCADO DE TRABALHO LOCAL

Uma das questões pertinentes na elaboração, implementação e desenvolvimento dos PEQ's é sem dúvida a identificação das necessidades do mercado de trabalho local. Segundo as análises das entrevistas, realizadas junto aos técnicos do PEQ-Ce, não há critérios ou metodologias uniformes nas entidades pesquisadas para estabelecer as prioridades nas escolhas dos cursos ofertados pelo Plano. Além das pesquisas encomendadas pela própria Secretaria Estadual do Trabalho, cada entidade livremente faz a identificação da demanda do mercado de trabalho ao seu modo, conforme pode ser evidenciado no Quadro 1.

Quadro 1 – Critérios mais utilizados pelas entidades executoras para estabelecer as prioridades de cursos oferecidos pelo PEQ-Ce

CRITÉRIOS	QUANTIDADE DE ENTIDADES
A partir da clientela já trabalhada pela entidade	04
Consulta junto à população	04
Consulta às prefeituras	03
A partir de sugestões da SETE **	03
A partir dos cursos já ofertados pela entidade	02
Solicitações dos COMUTs **	01
Consulta à empresas	01

Fonte: Pesquisa direta.

Nota: Algumas entidades citaram mais de uma alternativa. Total de entidades visitadas = 14.

* SETE – Secretaria Estadual do Trabalho e Empreendedorismo.

** COMUTs – Comissões Municipais de Trabalho.

De forma geral, essa diversidade de procedimentos não se constitui em um ponto negativo. No entanto, um funcionário da Secretaria Estadual do Trabalho entrevistado revela que os cursos do PEQ - Ce ofertados não correspondem significativamente às demandas do mercado de trabalho local, pondo, inclusive, em dúvida, os procedimentos utilizados pelas entidades executoras no diagnóstico das prováveis oportunidades de trabalho.

As entidades colocam que é feita pesquisa no projeto. Olha, os projetos são lindos! Mas, nem sempre aquilo que se coloca é o que se constata na realidade. É um trabalho muito complexo. [...] Nós temos pesquisa de mercado, temos um banco de demandas de todo o Estado. Ele é enviado pelos COMUTs, pelos postos do SINE, pelas prefeituras. Nosso último banco de demanda tem dois meses, mas as últimas ações que a gente realizou não atendeu nem 2% desse banco de demanda. Então, nós

estamos voltando àqueles municípios para identificar se aquela demanda existe, se são reais. [...] Há pesquisas até demais. Tem um vácuo, tem um buraco negro que temos que resolver (Técnico da Secretaria Estadual do Trabalho, Entrevista A).

Teria sido prudente, portanto, que neste período de execução do PEQ - Ce (1996-2002) fosse já identificada a melhor forma de estabelecer quais cursos deveriam ser oferecidos.

A tabela anterior mostra que, dentre as entidades executoras do PEQ - Ce selecionadas nesta pesquisa, apenas três técnicos entrevistados citaram as sugestões da Secretaria Estadual do Trabalho como critério utilizado para identificar a demanda do mercado de trabalho por qualificação profissional.

A Secretaria Estadual do Trabalho, em 1998, solicitou do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT)² uma pesquisa sobre a ‘Demanda por Qualificação nos Municípios Cearenses’ e, em 2003, uma outra denominada “Potencialidades Regionais”. Embora todos os entrevistados soubessem da existência desses estudos, eles raramente foram mencionados, possivelmente porque não foram devidamente divulgados nas entidades executoras do PEQ - Ce.

Segundo alguns técnicos, houve poucos momentos de integração e socialização entre as entidades formadoras e a Secretaria Estadual do Trabalho. Já outros técnicos entrevistados comentaram que preferiram optar pelos próprios métodos de identificação da demanda do mercado de trabalho, uma vez que os cursos oferecidos pela entidade seguiam os critérios definidos pelo Planfor. Esse é o caso de alguns cursos voltados para atender o trabalhador rural, mas há outros que englobam o setor de vendas e a aprendizagem de língua estrangeira.

Certamente que identificar a demanda do mercado local não é tão simples, como se recomenda em Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT. Resolução n.2 194/98). Tomando por base um artigo do Professor Cláudio Salm (1999) sobre a aplicação do PEQ no Rio de Janeiro, pode-se ter pelo menos três significados diferentes para o termo “demanda” — demanda do mercado, demanda social e demanda institucional.

² O IDT é uma organização social que, em Fortaleza, vem executando os serviços de recrutamento, seleção, intermediação de mão – de - obra, estudos e pesquisas na área do trabalho, entre outros. Essa organização surgiu em 1998, como fruto da Reforma do Estado, que desestruturou o SINE-Ce, terceirizando seus serviços para o IDT.

Demanda de mercado relaciona-se às ocupações requeridas por empregadores no mercado de trabalho (SALM, 1999). Todavia, de acordo com a tabela anterior, muitos cursos das entidades executoras do PEQ - Ce, contempladas aqui, ou foram ofertados a partir de uma clientela específica, já atendida por algumas entidades, ou consideraram o interesse pessoal e coletivo da população, o qual pode ou não estar em conformidade com as potencialidades do mercado de trabalho local.

Quando a entidade já possuía uma clientela específica, tentava-se uma adaptação entre o que o mercado de trabalho poderia absorver e os cursos que essa entidade poderia oferecer. Isso acontece com os cursos de serviço pessoal — faxineira, lavadeira, caseiro, zelador, *babysitter*, cozinheira etc. Os trabalhadores que fazem esses cursos normalmente já executam essas atividades e se colocam à disposição das vagas que porventura apareçam. Embora para Salm (1999) não seja propriamente um erro falar de “demanda de mercado” para esses serviços, ele considera mais apropriado denominá-los de “demanda social”, pois revelam o desejo manifesto das pessoas de frequentar esses cursos.

Os cursos dirigidos aos portadores de necessidades especiais, segundo Salm (1999), também seriam classificados como uma “demanda social”. Entretanto, no caso do Ceará, verificou-se que a demanda por qualificação profissional dos portadores de necessidades especiais vem adquirindo contornos diferenciados, devido à maior fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) sobre a obrigatoriedade das empresas em reservarem determinado número de vagas para esse segmento da população³. Essa fiscalização gerou uma procura das empresas por pessoas portadoras de deficiência.

Os cursos de cooperativismo, associativismo e gestão do próprio negócio, para Salm (1999), cumprem o papel de promover e sensibilizar as pessoas para as possíveis alternativas existentes no mercado de trabalho local. Duas entidades executoras do PEQ - Ce visitadas caminham nessa perspectiva.

³ Decreto 3.298, de 20/12/1999, regulamenta a Lei n.2 7.853 de 24/10/1989 e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Seção IV- Do Acesso ao Trabalho: Artigo 36 — A empresa com cem ou mais empregados está obriga a preencher de 2 a 5% de seus cargos com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na seguinte proporção: 1 — até 200 empregados, 2%; 11 — 201 a 500 empregados, 3%; 111 — 501 a 1000, 4% e IV — mais de 1000, 5%.

No que diz respeito aos cursos de informática, Salm (1999) os inclui nas ações que contemplam a promoção de habilidades básicas ou gerais. O mesmo pode ser feito com as oficinas de orientação para o mercado de trabalho, ofertadas pelo PEQ - Ce, que tratam de explicar ao trabalhador como se comportar em uma entrevista de emprego, onde procurar emprego, o que o mercado está exigindo, como e onde providenciar a carteira de trabalho. Essas modalidades são, na verdade, de natureza “transversal”, relacionam-se a uma gama de ocupações e, portanto, não há como estimar a “demanda de mercado”.

Alguns outros cursos das entidades do PEQ - Ce visitadas estão voltados para uma demanda interna da instituição, não definida pelo mercado *stricto sensu*, como os de agentes comunitários de saúde e o de introdução à saúde da família, no qual a clientela atendida já trabalha, nas prefeituras, no Programa Saúde da Família (PSF), por exemplo. Segundo um dos entrevistados, essas ações voltam-se para o aperfeiçoamento e para a construção do Sistema Único de Saúde (SUS), situação e, que basta obter informações dos órgãos públicos sobre a disposição para qualificar.

Na área da arte e cultura, o técnico de uma das entidades executoras afirma que antes do PEQ - Ce não havia um mercado de trabalho e conseqüentemente pouquíssimos cursos profissionalizantes. Praticamente só existia o curso de nível superior em Música da Universidade Estadual do Ceará. Os artistas, de um modo geral, eram amadores e a demanda tanto do mercado de trabalho como de qualificação surgiram simultaneamente ao PEQ - Ce.

Percebe-se que os critérios para se estabelecer as prioridades dos cursos ofertados pelo PEQ - Ce são diversos, porém duas falas demonstram que, ao longo desses anos, as entidades modificaram as estratégias de identificação da demanda do mercado de trabalho:

Focalizar a oferta de cursos na demanda do mercado de trabalho foi um objetivo que nós como entidade executora sempre procuramos atingir. Mas, só agora, nesses dois últimos anos, eu posso dizer que a gente está vindo do mercado para a necessidade do próprio PEQ. Até um tempo atrás, o que se fazia? Como a gente realiza muitos cursos, a maioria voltada para essas comunidades carentes, de baixa renda, pessoas que são social e economicamente mais vulneráveis, então, a gente fazia uma pesquisa junto à associação desses bairros, às escolas públicas e pedíamos: ‘ah, quais são os cursos que a comunidade, que os alunos de vocês necessitam?’ Um queria curso de corte e costura, eram muito pelo lado da aptidão dele — ah, eu tenho habilidade para cozinhar’, aí pedia um curso na área de culinária; outro, já tinha o sonho de trabalhar numa empresa, então, já queria um curso voltado para área administrativa. Então, existia esta pesquisa, mas nós sempre induzíamos estas pessoas, estas comunidades, dirigentes, de escola, de associações a fazer uma pesquisa no bairro. Os cursos eram os

mais variados possíveis, nós já chegamos a trabalhar com um contingente de 50 cursos diferentes. E de uns dois anos pra cá, nós já começamos a partir da necessidade do mercado. A gente visita as empresas e faz entrevista com os empresários, dirigentes de associações, gerentes. Antes, nós atuávamos nas mais diversas áreas: artesanato, turismo, hotelaria, culinária (Técnico da Entidade Executora do PEQ - Ce 06).

Os coordenadores de área mantêm contato por telefone ou por visitas in loco com as comunidades e os bairros de Fortaleza. Há uma conversa e na conversa se identifica melhor a demanda do que quando a gente mandava para as prefeituras um ofício, acompanhado de sugestões de cursos, em que o prefeito ia apenas grifar os cursos desejados. Agora, quando a gente pede pra grifar, ele tem que justificar porque está escolhendo o curso, se há realmente condições de absorção daquela clientela no mercado interno (Técnico da Entidade Executora do PEQ - Ce 04).

Nota-se que, em algumas entidades executoras do PEQ - Ce, houve o interesse em articular a demanda do mercado de trabalho local com a oferta de qualificação profissional, por meio de ações concretas de identificação dessa demanda, trocando informações com os estudos e pesquisas da Secretaria Estadual do Trabalho e dos Conselhos Municipais de Trabalho.

No entanto, a maioria dos depoimentos revelam uma postura, ainda tradicional, já criticada e comentada por Deluiz (1999), no que diz respeito à oferta de ações de qualificação profissional que, muitas vezes, não passam de “pacotes” montados a partir de cursos já existentes nas entidades. O ex - coordenador geral do PEQ-Ce, em sua entrevista, reconheceu esse aspecto e ressaltou o esforço da Secretaria Estadual do Trabalho em tentar superá-lo:

Essa questão da demanda é muito dinâmica e sazonal. Tem setores que exigem determinadas ações em uma época do ano que, as vezes, não coincidem com a época do PEQ. Por exemplo, se o PEQ chegasse no início do ano nós tínhamos como fazer um trabalho mais forte com o setor agrícola. Agora, houve uma preocupação nossa de captar um maior número de informações - tinham os dados secundários disponíveis do Estado, do IBGE e outros mais, nós fazíamos todo um ajuntamento das próprias Secretarias - do Turismo, tinha um trabalho de levantamento de demandas, um estudo do potencial turístico de todo o Estado. Tinha alguns segmentos que já tinham trabalhos feitos e outros, não. Nós fizemos reuniões com segmentos, fizemos grupos de trabalho - pessoal da agropecuária, da educação, da indústria -, foi outra fonte de levantamento de demandas que nós tivemos, culminando com a realização de um trabalho via IDT. Esse trabalho teve a metodologia de fazer encontros nos municípios de todo o Ceará. Nós fazíamos também encontros setoriais com o Governo sobre as políticas públicas desenvolvidas pelo estado pra vê se casavam. Agora, nós esbarrávamos muito com o problema da grade curricular que as entidades executoras do PEQ - Ce sempre tiveram. Apesar de toda a indicação, de toda nossa referência, ainda, existiam casos de chegar proposta de cursos tradicionais, onde a entidade já estava organizada para ter aqueles determinados cursos. Já tinham todo um investimento feito e não queriam perder. E a questão de investimento feito no passado, até para justificar a própria entidade. Então, a gente tentava adaptar alguma coisa em termos

de ação relacionando com a demanda. Nós fomos atingir um maior refinamento já no último ano [2002], foi onde nós sentamos e dizemos que queríamos assim [...] e foi onde nós tivemos mais voz ativa para dizer para entidade que o que interessava era aquilo e se não fosse aquilo nós não íamos contratar. De certa forma, nós induzíamos as entidades a fazer levantamento de demanda. Elas consultavam os Conselhos Municipais de Trabalho, tinha entidade com capilaridade estadual e levantava demandas através dos escritórios regionais. Então, essa questão da demanda foi uma perseguição constante, durante quatro anos [1998 - 2002], com melhorias ano a ano, mas não chegando ao grau de perfeição. Nós tínhamos dados de algumas instituições que faziam estudo do mercado e de outras que não faziam. Nós podíamos ter feito uma coisa mais elaborada, mais demorada, mas com o dinamismo do mercado teria que ser um processo constante (Ex - coordenador do PEQ - Ce).

Essa fala é reveladora, primeiro porque deixa claro que a assimilação do conceito de inovação por parte das instituições envolvidas na execução do PEQ-Ce não se efetuou com facilidade. Esse processo de inovação deveria estar relacionado com uma série de ações dirigidas para a formulação de estratégias articuladoras de uma política nacional de educação profissional, redefinindo as relações entre seus atores e agentes, desenvolvendo metodologias diferenciadas de qualificação para os diferentes grupos da população- alvo, descentralizando e fortalecendo a participação e a capacidade de execução local (CAMARGO, 2002).

O último depoimento do ex - coordenador do PEQ-Ce também evidencia o quanto o PEQ-Ce se desenvolveu dentro de uma heterogeneidade de cursos e de instituições formadoras, que dificultavam e/ou interferiam no acompanhamento da qualidade das ações de qualificação profissional oferecidas. Na verdade, essa foi uma política pública que se desenvolveu por meio de uma metodologia da “tentativa e do erro”, ou seja, a demora em descobrir um caminho que proporcionasse o encontro entre a demanda do mercado de trabalho e a oferta de cursos profissionalizantes do PEQ-Ce revela o quanto as entidades formadoras e a Secretaria Estadual do Trabalho não estavam suficientemente preparadas para desenvolver a proposta apresentada pelo Planfor, como argumenta Bulhões (2004, p. 45) ao se referir ao PEQ no Rio Grande do Sul:

[...] a política descentralizada, baseada na articulação de diferentes atores ao longo do processo de construção e implementação do plano, exigiu dos técnicos qualificação para atuar em diversas áreas - desde a pedagógica até a econômica, numa posição muito diferente daquela que tradicionalmente lhes era atribuída, de executar orientações do poder central, cuja história se caracterizou por longos períodos de autoritarismo.

Nortear os cursos de qualificação profissional com foco na demanda do mercado de trabalho local é, prioritariamente, planejá-los a partir de um diagnóstico da realidade do mercado, mediante consultas aos órgãos de pesquisa e planejamento regionais, estaduais ou municipais, em articulação com discussões dos próprios trabalhadores sobre suas necessidades.

Parece que, no caso do PEQ - Ce, a confiança demonstrada de alguns profissionais entrevistados no domínio técnico da entidade executora, em sua área de atuação bem como nos anos de experiência dessas entidades na formação profissional, os impedia de rever seus métodos de diagnóstico da realidade do mercado de trabalho local. Além disso, como mesmo afirmou o ex - coordenador geral do PEQ - Ce, em sua entrevista, é mais fácil, conveniente e menos custoso para as entidades formadoras continuar ofertando os mesmos cursos tradicionais, aproveitando, inclusive, uma estrutura física, metodológica e didática já estabelecida.

3 O MERCADO DE TRABALHO CEARENSE E A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: o discurso do “empreendedorismo”

Embora a área têxtil de confecção e calçados traga um bom desempenho econômico para o Ceará, de acordo com estudos do Instituto de Pesquisas Econômicas do Estado (IPECE), elas não se encontram no setor de maior representatividade no produto interno bruto (PIB). É o setor de serviços que se mostra em um patamar superior aos setores da indústria e da agropecuária.

No que concerne aos cursos ofertados pelo PEQ - Ce, encontra-se nas entidades executoras contempladas nesta pesquisa um número significativo de ações de qualificação, que contemplam as mais variadas ocupações, inseridas nos três setores de atividades econômicas. No entanto, ressalta-se que a grande parte desses cursos se destina à possibilidade de o trabalhador “criar seu próprio negócio”, ou de prestar serviços de baixo valor no mercado de trabalho.

Das 14 entidades executoras do PEQ - Ce contempladas neste estudo, 09 colocam claramente como prioridade em seus cursos as atividades de prestação de serviços, as quais o trabalhador pode desenvolver a partir do vínculo com alguma instituição empregadora, ou de forma autônoma.

Na verdade, as entrevistas junto às entidades executoras do PEQ - Ce pesquisadas e à Secretaria Estadual do Trabalho bem como dados coletados nos Relatórios de Avaliação e Acompanhamento dos PEQ - Ce (1996 - 2002) mostram que os cursos de qualificação profissional ofertados são planejados e executados sob o ângulo da desestruturação do mercado de trabalho cearense, à medida que visam ocupações inseridas, em sua maioria, na informalidade, na prestação de serviços e na criação de pequenos negócios. Assim, esses cursos acompanham e reforçam o processo de severas mudanças ocorrido no mercado de trabalho.

Dados da Pesquisa Nacional por Domicílio (PNAD) (IBGE. Pesquisa... 2002) revelam que 7.679.646 pessoas residem no Estado do Ceará, sendo que 47% trabalham e/ou procuram trabalho (compõem a PEA). São 3.336.348 ocupados, nos quais 59,3% não têm carteira de trabalho assinada, 45% possuem uma renda mensal de, no máximo, um salário mínimo e 1,62% ganham acima de dez salários mínimos.

No dia 06 de novembro de 2005, um jornal de Fortaleza, *Diário do Nordeste*, publicou uma matéria cujo título foi: *Mercado Informal no Ceará - trabalhadores usam a criatividade pra ganhar a vida na rua*. De acordo com a reportagem, a falta de espaço no mercado formal de trabalho está motivando o surgimento de novas ocupações em Fortaleza: de ambulantes a artistas circenses em sinais de trânsito, passando pelos vendedores nos carrinhos — o do pão, o do sorvete, o da fruta.

Segundo o IBGE (apud CASTRO, 2005), existem 2,6 milhões de profissionais informais em todo o estado cearense, sendo quase 500 mil deles só na capital. Entre 2004 e 2005, a taxa de informalidade no Ceará cresceu 1,85%, um aumento de 51.376 pessoas.

Com o objetivo de também contemplar os trabalhadores ocupados na informalidade, a Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social (SETAS) no Ceará foi reorientada para Secretaria Estadual do Trabalho e Empreendedorismo (SETE), em 2003, na gestão do governo Lúcio Alcântara (PSDB). Implementou-se, o Programa “Ceará Empreendedor”, com três pilares básicos: capacitação, acesso a crédito e apoio à comercialização dos produtos das micro e pequenas empresas locais. Na capacitação, os cursos são ministrados por entidades com infra-estrutura de educação profissionalizante já montada, como os Sistemas Nacionais de Aprendizagem da Indústria (SENAI) e do Comércio (SENAC) e o Centro Federal de

Ensino Tecnológico (CEFET). No acesso ao crédito, o apoio vem de instituições como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Já no apoio à comercialização dos produtos, a SETE criou um outro programa, o “Compre da Gente”, com o qual 230 micro e pequenos empreendimentos locais passaram a ser fornecedores de 69 grandes empresas (TREINAMENTO é base, 2004).

Com relação ao PEQ-Ce, os cursos desenvolvidos tiveram também como foco o “empreendedorismo”, visando à prestação de serviços de forma autônoma (diarista, *babysiter*, eletricista etc.) e à construção do próprio negócio (barzinho, mecânica, marcenaria etc.). Nesse sentido, o empreendedorismo poderia significar:

[...] o retomo à livre iniciativa como princípio organizador e propulsor da mobilidade de fato [na qual] são oferecidos cursos e treinamentos com o objetivo de instrumentalizar os trabalhadores para abrirem seu próprio negócio, como autônomos, ou para serem futuros empresários (OLIVEIRA, 2000, p. 242).

No entanto, para os técnicos entrevistados, o “empreendedorismo” é entendido como a capacidade do trabalhador de empreender a si próprio. Dois depoimentos são os que melhor explicam esse sentido:

[A] formação profissional, principalmente no Ceará, não deve ser pensada apenas como forma de inserção no mercado de trabalho formal. O entendimento da empregabilidade tem a formação profissional como aliada e também conta com o conceito de ‘empreendedorismo’, no sentido de não apenas apresentar um negócio, mas acima de tudo fazer com que o cidadão, através da educação profissional seja capaz de empreender-se a si próprio para manter-se competitivo em um mercado de mudanças constantes. Portanto, a educação profissional deve ser pensada como um processo de aquisição de habilidades, conhecimentos, e indiscutivelmente de comportamentos e relações que tornem o profissional necessário não apenas para uma, mas para toda e qualquer empresa, principalmente nas situações de mutação que ocorrem de forma constante na vida de cada um (Técnico da Entidade Executora do PEQ - Ce 12). [...] Nós somos um estado muito criativo em termos de negócio, o cearense é um empreendedor nato. Todo o mundo tem **uma viração, um negócio**. E se você vê a palavra empreendedorismo no sentido amplo — desde pessoa até negócio, eu considero que na política do PEQ [...] **se a pessoa se sentisse inserida em algum processo onde ela tivesse uma remuneração**, acho que a gente tinha cumprido de certa forma o nosso papel. **O empreendedorismo no Brasil é de sobrevivência** — pessoas abrem um negócio por necessidade e não por oportunidade (Ex - Coordenador Geral do PEQ - Ce).

O “empreendedorismo” está entre aspas, pois é compreendido como qualquer ação do trabalhador que possibilite uma renda, na medida em que o problema da escassez do emprego é visto como um processo inevitável, no qual as

peças devem ser instrumentalizadas para garantir sua empregabilidade, (GENTILI, 1999; LEITE, 1997; MACIEL, 2003) devendo ser capazes de empreender-se, ou melhor, de sobreviver.

O que se observa, portanto, no desenvolvimento do PEQ-Ce é a mudança no uso do termo empregabilidade para empreendedorismo, que denota um espírito mais subjetivo, voltado para a criatividade do trabalhador em se inserir e permanecer na atividade laboral, reforçando o que Fidalgo e Machado (2000, p. 103) salientam sobre a dificuldade do Planfor em superar o caráter assistencialista da educação profissional:

Os resultados das avaliações realizadas pelas equipes estaduais e consolidados pela UNITRABALHO sobre a implementação dos Planos Estaduais de Qualificação Profissional mostram que as ações têm se voltado realmente para atender aos trabalhadores desempregados e/ou excluídos das oportunidades de assalariamento, mas não para que esses possam reingressar no mercado de trabalho formal. Ao contrário, elas têm se dirigido a oferecer meios que induzam as pessoas a buscar alternativas no espaço da informalidade, da desproteção social e da precariedade das relações de trabalho.

Ora, a desestruturação do mercado de trabalho se manifesta pela precarização dos postos de trabalho, pela diminuição dos empregos formais, conseqüentemente, pela redução do pagamento dos direitos trabalhistas, pelo aumento das horas extras, pelo surgimento dos contratos de trabalho por tempo determinado e etc... Ao invés de as políticas públicas do estado intervirem nesse processo, cria-se um mecanismo para que o trabalhador se adapte a essa nova realidade. Seis depoimentos deixam evidências dessa perspectiva dos cursos do PEQ-Ce:

Se a gente levar em conta o mercado informal ou aquele mercado que não exige tanta qualificação profissional, o PEQ atende prontamente. Mas, aquele patamar de cargos que exige uma maior qualificação ou uma maior seletividade, não. Ele alcança muito bem o mercado informal, atinge aquele mercado que não exige muita seletividade, tipo o setor de eletricitista, bombeiro hidráulico, pecuária, quem vai trabalhar com manejo de gado [...] (Técnico da Entidade Executora do PEQ - Ce 04).

[No PEQ - Ce] a qualificação teve que articular o treinando também para o lado do empreendedorismo, dele ser empreendedor dele mesmo. Empreendedorismo porque o mercado informal é 40% da mão - de - obra, quer dizer, os camelôs, as pessoas que trabalham por conta própria. [...] Tem que está preparado para o que der e vier, O emprego hoje é um plano de guerra, você tem que está preparado pra tudo, para o mercado formal e informal (Técnico da Secretaria Estadual do Trabalho, Entrevista A).

[...] Se pensou numa série de cursos, não só que pudesse propiciar o emprego formal, mas se pensou muito mais em ações de qualificação que pudesse está dando a condição desse trabalhador protagonizar espaços na informalidade (Técnico da Entidade Executora do PEQ - Ce 07).

[...] Nossos cursos são voltados para o empreendedorismo porque hoje é a única opção que tem, em função do mercado de trabalho estar totalmente fechado, a facilidade maior é ser empreendedor (Técnico da Entidade Executora do PEQ - Ce 03).

[...] nós temos que ter realmente um ensino profissionalizante, que capacite esse jovem. Por exemplo, nós temos um curso de manutenção de eletrodoméstico.

Esse curso é interessante porque o jovem aprende a fazer pequenos consertos em liquidificador, ferro elétrico, ventilador. Ele aprende a fazer pequenos reparos. É urna fonte de renda para ele, ele aprende uma profissão, um ofício. Se não for isso, não tem jeito (Técnico da Entidade Executora do PEQ - Ce 10).

Talvez o que a gente tenha conseguido de fato [com os cursos do PEQ – Ce] é dá alguma condição e está mostrando alguns caminhos para que essas pessoas busquem mercado de trabalho precarizado, na informalidade, que elas busquem alternativas (Técnico da Entidade Executora do PEQ - Ce 07).

Essas declarações evidenciam que para o público-alvo ao qual o PEQ se destina só resta a inserção na informalidade como única forma de sobrevivência. A maioria dos cursos ofertados no âmbito do PEQ-Ce tem sido destinada, portanto, a fornecer alternativas emergenciais de qualificação aos trabalhadores desempregados, na geração de renda no setor informal da economia, mediante pequenas atividades autônomas e/ou artesanais.

3 CONCLUSÃO

Com o objetivo de identificar como as entidades executoras do PEQ - Ce elencaram os cursos de qualificação profissional mais pertinentes ao mercado de trabalho cearense, esse estudo constatou que, de acordo com as análises das entrevistas realizadas, não há critérios ou metodologias uniformes, nas entidades visitadas, para estabelecer as prioridades nas escolhas dos cursos ofertados no âmbito desse Plano. Na verdade muitos desses cursos, conforme os entrevistados, ou foram ofertados segundo uma clientela já atendida pelas entidades, ou a partir do interesse pessoal e coletivo da população que, nesse caso, poderia não estar em conformidade com as potencialidades do mercado de trabalho.

Outra constatação, a mais relevante, é de que grande parte desses cursos destinava-se à possibilidade de o trabalhador “criar seu próprio negócio”, ou de prestar serviços de pouca complexidade e baixo salário no mercado de trabalho, mostrando-se coerente com o perfil das ocupações existentes no Ceará: predomínio do setor de serviços, alta precarização e informalidade do trabalho. A intenção desses cursos seria transformar os trabalhadores em empreendedores, capazes de “sobreviverem” criativamente. Desse modo, os cursos do PEQ - Ce das entidades executoras pesquisadas foram planejados e desenvolvidos sob o ângulo da desestruturação do mercado de trabalho, contribuindo para a geração de oportunidades precárias e temporárias de trabalho.

As ações práticas de políticas como o PEQ-Ce , ao invés de possibilitarem, por exemplo, ao catador de papelão um crescimento profissional, pessoal e social que incluísse, sobretudo, aumento da escolaridade formal, investisse em mudanças cosméticas, como melhorar o carrinho de pôr papelão, dar palestras sobre reciclagem, ressaltando o quanto esse trabalho é importante etc. Dessa forma, essa política só contribui para a reprodução da pobreza, da desigualdade social, além de amenizar as pressões sociais, ressaltando o caráter contencionista do Planfor, uma vez que, conforme Fidalgo e Machado (2000, p.103), “a educação profissional se transforma em instrumento de redução da pressão social sobre o Estado pelo desenvolvimento de políticas ativas e efetivas de emprego.”

O equacionamento da questão do desemprego no Brasil é bem mais complexo que simplesmente investir em formação profissional ou apostar no “empreendedorismo” criativo dos desocupados. Azeredo (1998, p. 44) explica:

Os problemas da “modernidade”, decorrentes do novo paradigma tecnológico, de abertura dos mercados e da globalização financeira se superpõem aos problemas do atraso (alto grau de informalização e de precariedade das relações de trabalho, desigualdade social, deficiência no sistema de proteção social, baixíssimo nível de escolaridade da força de trabalho, etc.). O país, ainda, conta com um sistema educacional com profundas deficiências e que nunca esteve organicamente articulado ao sistema produtivo, a não ser na medida em que este apresentava reduzidos requerimentos educacionais da mão – de - obra.

Um estudo do Ipea (CARVALHO, 2005) constatou que 15 milhões de brasileiros ainda são analfabetos; menos de 70% dos que se matriculam no ensino fundamental chegam à 8 série; menos de 41% dos adolescentes, de 15 a 17 anos, estão na série adequada à sua idade; 55% dos alunos da 4 série apresentam

deficiências de leitura e interpretação de textos simples; 57% dos alunos da 8 série e 69% dos alunos da 3 série do ensino médio apresentam graves deficiências em matemática; o aspecto mais severo talvez seja que, entre as crianças de até 06 anos de idade, apenas 37% vão à escola pública ou privada. Vale dizer: se a educação básica continuar perpetuando esses resultados, com certeza, hoje, ser está preparando os alunos dos PEQ's de amanhã.

Sendo assim, certamente que o “empreendedorismo criativo” ou “empreendedorismo de sobrevivência” dos indivíduos não é uma medida socialmente viável para o enfrentamento do desemprego. Isso porque, além dos aspectos subjetivos, têm-se questões referentes às condições socioeconômicas que podem favorecer ou dificultar a entrada no mercado de trabalho. Mesmo as características que possuem uma dimensão de aquisição, como os anos de escolaridade e a experiência profissional, são desigualmente distribuídas e socialmente condicionadas. Não é estranho o fato de que as trajetórias familiares e as redes sociais podem ser determinantes no acesso ao mercado de trabalho e à escola, e na ascensão dentro deles, assim como a articulação de políticas públicas mais efetivas pode influenciar o aumento das oportunidades de emprego e renda na sociedade.

No intuito de discutir que medidas são necessárias para a geração de emprego e renda, um artigo da *Revista Estudos Avançados* da USP (MARTINS et al., 2003, p. 311-313) pergunta a economistas, sociólogos e entidades dos meios empresariais e de trabalhadores o *que fazer para gerar empregos no Brasil*. Para os economistas Cláudio Dedecca e Waidir Quadros, o desemprego está diretamente ligado ao baixo crescimento econômico, logo, a capacidade de o país gerar novos empregos e renda em volume considerável só depende do retorno das condições de crescimento. Porém, a produção de riquezas no Brasil sofreu uma queda de 0,2% (R\$ 3 bilhões) em 2004, o que fez o país cair para o 15 lugar no ranking das maiores economias do mundo (BRANDAO JÚNIOR, 2004) e, mais do que isso, o Fundo Monetário Internacional (FMI) diz que, entre os países emergentes, o Brasil é o que menos vai crescer. Projeta-se um crescimento para o mundo como um todo da ordem de 4,6%, enquanto para o Brasil a expectativa é de 3,5% (RELATÓRIO..., 2004). Nesse sentido, a esperança de que o “espetáculo do crescimento” trará a criação e a manutenção de novos empregos se mostra muito mais pálida.

Veiga (apud MARTINS et al., 2003, p. 310) nos alerta que é necessário *um estilo de crescimento econômico que seja empregador*, ou, nas palavras do economista Ignacy Sachs: é essencial que o crescimento tenha uma alta densidade de empregos (apud MARTINS et al., 2003, p. 312). Assim, Márcio Pochmann (apud MARTINS et al., 2003, p. 314) ressalta a importância de unir crescimento econômico com outras medidas que devem gerar não só empregos, mas *bons empregos, com salários melhores e atividades mais nobres. Deve-se agregar mais valor na indústria, nos serviços e na agricultura para permitir mais empregos aos trabalhadores com ensino médio e curso superior, que sofreram as maiores elevações na taxa de desemprego*. Já em curto prazo, o sociólogo José de Souza Martins (MARTINS et al., 2003, p. 305-307) propõe medidas que dizem respeito aos gastos públicos dirigidos à criação de emprego e renda. Uma delas é o estabelecimento da escola em tempo integral, melhorando a qualidade da formação do trabalhador e distribuindo uma rede de empregos no setor médio, com efeitos multiplicadores locais. Segundo esse autor, deve-se retomar, aperfeiçoar e ampliar o programa de reforma agrária e, por fim, multiplicar os agentes de saúde, postos e centros médicos que também teriam efeitos multiplicadores.

Marinho (apud MARTINS et al., 2003, p. 316-317) representando as propostas de consenso entre as Centrais Sindicais (CUT, CAT, CGT, CGTB e Força Sindical), sugere seis conjuntos de medidas que vão desde a rejeição de qualquer acordo com o FMI, que imponha restrições ao desenvolvimento econômico e que limite os investimentos na área social, até políticas concretas de geração de emprego, tais como: estabelecimento de metas para a expansão do emprego; ampliação imediata de vagas em Concursos públicos nos três níveis da federação; redução constitucional da jornada de trabalho; frentes de trabalho rurais e urbanas; aprimoramento e ampliação dos programas de qualificação profissional; e aceleração da reforma agrária.

Diante de tantas propostas e, ainda, investindo muito pontualmente em algumas delas, o governo brasileiro da “Era FHC” e, agora, também do Lula, tenta mostrar para a população que está empenhado em solucionar ou amenizar as mazelas sociais, ocasionadas pelo desemprego. É aparentemente por isso que as políticas públicas entram em cena, cada vez mais compensatórias e emergenciais.

O conceito de qualificação profissional adotado neste estudo é amplo e se insere no contexto de formação contínua, acumulativa, crescente e na capacidade da

autocrítica/avaliação. O aluno deve ser qualificado para apreender ensinamentos teóricos e práticos, que o tornem capaz de ultrapassar a execução repetitiva e mecânica de uma tarefa. A qualificação profissional, nesse aspecto, é pensada a partir de um conceito mais abrangente de educação, entendida como fonte de conhecimento e geradora de novas práticas sociais.

Noções como a de cidadania, solidariedade, participação, autonomia e democracia comparecem, em sua maioria, apenas como retórica nas políticas governamentais que, quando muito, podem elevar a auto-estima, na medida em que oferecem uma atividade no período de desemprego: fornecem lanches; elaboram passeios ditos “culturais”; distribuem vale-transporte; doam cadernos, lápis, livros coloridos; e ‘educam’ para um disputado espaço de trabalho - precário, insalubre e de insuficiente remuneração. Como conclui Franzoi (2004, p. 15) em sua tese sobre as trajetórias e profissionalização dos alunos do PEQ do Rio Grande do Sul:

[...] os cursos isolados, tanto quanto o Integrar, muitas vezes pareceram funcionar mais no sentido do desenvolvimento pessoal e fornecer ajudas pontuais, uma injeção de auto-estima para uma população que parte de um patamar muito baixo de atendimento de suas necessidades. [...] Incapaz de resolver o problema de boa parte dos alunos - a obtenção de um trabalho remunerado - o Plano [PEQ] acaba por substituir às vezes a própria seguridade social e o trabalho, estes últimos através do fornecimento de vale-transporte, vale-refeição e, em alguns casos mais raros, bolsas de estudo.

O que, na realidade, interessaria é a formação intelectual dos indivíduos e a informação que, para Benevides (1996), são alguns dos elementos indispensáveis e interdependentes para a formação do cidadão.

É preciso informar o cidadão e introduzi-lo nas diferentes áreas do conhecimento, inclusive por meio da literatura e das artes em geral. A falta ou a insuficiência de informações reforça as desigualdades, fomenta injustiças e pode levar a uma verdadeira segregação (BENEVIDES, 1996).

Tal compreensão não admite que os alunos sejam depositários de informações memorizadas, mas que sejam capazes de desenvolver seus próprios conhecimentos, entendendo a realidade por meio reflexivo e científico, exercendo a cidadania ativa para a real participação na vida pública.

**VOCATIONAL EDUCATION TO UNDERTAKING:
an alternative for unemployment?**

ABSTRACT

The analyse the development of the Qualification State Plan (QSP) in the state of Ceará, in Brazil, based on the testimony of some of the involved parts (education institutoris and the State Secretariat of Labor) in its performance. It includes the performance process of this Plan as of its most important goal: focusing of the vocation education courses on the demand of the labor market in the state of Ceará. This study based on the articulation between the literature on the relationship between labor and education, within the scope of the later changes on international capitalism and on the organization of labor, and the reflections that approaches labor force education policies, focusing on QSP and the elements collected in the interviews carried out with the QSP administrative agencies of the state of Ceará and the executor group that took part in the program, as well as those included by means of reading and analysis official documents.

Keywords: Public policy. Labor. Vocational education. State.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.
- AZEREDO, B. **Políticas públicas de emprego**: a experiência brasileira. Campinas: Ed. Unicamp, Instituto de Economia, 1998.
- BENEVIDES, M. V. **Educação para a democracia**. 1996. Disponível em: <http://www.hottopos.com/notand2/educacao_para_a_democracia.htm>. Acesso em: 31 mar. 2003.
- BOCCANERA, S. Os sem trabalho. **Revista Primeira Leitura**, São Paulo, fev. 2004.
- BRANDÃO JÚNIOR, N. Produto Interno Bruto: PIB soma R\$ 1,5 tri e renda média cai para R\$ 8,56 mil. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 1 abr. 2004. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/opovo/economian/352270.html>>. Acesso em: 1 abr. 2004.
- BRASIL. Decreto n 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/d3298.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2002.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. **Educação profissional**: um projeto para o desenvolvimento sustentado. Brasília, DE, 1995a.
- _____. Ministério do Trabalho. **Política para educação profissional**: cooperação MEC/MTb. Brasília, DF: Ministério do Trabalho/MEC, 1995b.
- Ministério do Trabalho. **Sistema público de emprego e educação profissional**: implementação de uma política integrada. Brasília, DF, 1996.
- BULHÕES, M. da G. R. Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - Planfor: acertos, limites e desafios vistos do extremo sul. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 39-49, 2004.
- CAMARGO, C. R. (Org.). **Experiências inovadoras de educação profissional**: memória em construção de experiências inovadoras na qualificação do trabalhador (1996-1999). São Paulo: Unesp, 2002.
- CARVALHO, A. Y. et. al. **Radar Social 2005**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas-Ipea, 2005.
- CASTRO, S. Mercado informal no Ceará. **Jornal Diário do Nordeste**, Fortaleza, 6 nov. 2005. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=291578>>. Acesso em: 6 nov. 2005.
- CODEFAT. Resolução nº 194, de 23 de outubro de 1998. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/trabalhador/taticOdefat/CodefatJboletinsinform/b19.aSP>>. Acesso em: 20 nov. 2002.

DELUIZ, N. O Planfor em ação: entidades, cursos e formadores. In: UNITRABALHO. Avaliação do Planfor: uma política pública de educação profissional em debate. **Cadernos Unitrabalho**, São Carlos, n. 2, p. 115-125, mar. 1999.

FIDALGO, F.; MACHADO, L. O Planfor e a reconceituação da educação profissional. Trabalho e educação. Revista NETE, Belo Horizonte, n. 6, p. 93-109, jan./jun., 2000.

FRANZOI N. L. **Da profissão como profissão de fé ao “mercado em constante mutações”**: trajetórias e profissionalização dos alunos do PEQ do Rio Grande do Sul. 2004. Tese (Doutorado)-Faculdade de Educação, Campinas. Unicamp, 2004.

GENTILI, P. O conceito de empregabilidade. In: Avaliação do Planfor: uma política pública de educação profissional em debate. **Cadernos Unitrabalho**, São Carlos, n. 2, p. 85-92, mar. 1999.

IBGE. **Censo de 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/censo>>. Acesso em: 20 dez. 2001.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em: 22 abr. 2004. LEITE, M. Qualificação, desemprego e empregabilidade. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 64-69, 1997.

MACIEL, M. do S. Camelo. A ideologia da empregabilidade e a educação dos (das) trabalhadores (as). In: MENEZES, A. M. Dorta de; FIGUEIREDO, F. F. (Org.). **Trabalho, sociabilidade e educação**: uma crítica à ordem do capital. Fortaleza: UFC, 2003. p. 291-302.

MARTINS, J. S. et ai. Que fazer para gerar empregos no Brasil? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 304-317, 2003.

MERCADO informal no Ceará. **Jornal Diário do Nordeste**, Fortaleza, 6 de novembro de 2005.

MÉSZAROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

OLIVEIRA, D. A. **Educação básica**: gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis: Vozes, 2000.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

RELATÓRIO — Brasil cresce menos entre os emergentes, diz FMI. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 22 abr. 2004. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/opovo/economia/358151.html>>. Acesso em: 22 abr. 2004.

SALM, C. Adequação dos planos de educação profissionais às necessidades regionais. In: UNITRABALHO. Avaliação do Planfor: uma política pública de

educação profissional em debate. **Cadernos Unitrabalho**, São Carlos, n. 2, p. 11-26, mar. 1999.

SANTOS, G. P. G. dos. **A participação das Universidades Públicas na avaliação da formação profissional dos trabalhadores cearenses**. 2002. Monografia (Graduação) Departamento de Serviço Social, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2002.

_____. **Políticas públicas de trabalho e educação profissional: um estudo sobre o Plano Estadual de Qualificação (PEQ) no Ceará**. 2005. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. **A Universidade Pública na avaliação do Plano Estadual de Qualificação (PEQ) do Ceará**. (Série Estudos - Periódicos do Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande (MS), n. 15, jan./jun. 2003).

TREINAMENTO é base. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 26 maio 2004. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/opovo/economian/367703.html>>.. Acesso em: 27 maio 2004.